PARECER Nº. 139/2017/MPC/AP

Processo nº. 002858/2014

Órgão: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

Referência: **CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO DE 2013**

Procuradora de Contas **RACHEL BARBALHO RIBEIRO DA SILVA**

Nobre Conselheiro Relator,

Trata-se de Prestação de Contas de Governo (Balanço Geral) da Prefeitura Municipal de Porto Grande, exercício de 2013, sob responsabilidade do Sr. **Antônio de Sousa Pereira**, para fins de emissão de parecer prévio nos termos de o inciso II, do art. 112 da Constituição Estadual c/c o inciso II do art. 26 da Lei Orgânica do TCE/AP.

Por Despacho exarado, pelo D. Conselheiro Antônio Wanderler Colares Távora, em 05/07/2017 (fls. 258), vieram os autos para manifestação deste *Parquet* de Contas.

É o breve relatório.

DO MÉRITO

O **Ministério Público de Contas**, essencial a função institucional desta Colenda Corte de Contas, no exercício do controle externo, tendo recebido estes autos para manifestação, a faz nos seguintes termos:

Em se tratando de Contas do Poder Executivo, Estadual ou Municipal, imperiosa a necessidade de **emissão de Parecer Prévio**, nos termos de o inciso, II, do art. 112 da Constituição Estadual, c/c o inciso II, do art. 26 da Lei Orgânica do TCE/AP, senão vejamos:

> **Art. 112** - O controle externo, a cargo da Assembleia legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete (EC/2006)
>
> II - apreciar as contas dos Prefeitos e julgar as contas da Mesa Diretora das Câmaras Municipais, dentro do exercício em que forem prestadas;(ECn°35/2006)

> **Art. 26** - Ao Tribunal de Contas do Estado compete:
>
> II - apreciar as contas anuais dos Prefeitos e Presidente de Câmaras Municipais, emitindo parecer prévio dentro do exercício em que forem prestadas;

Pois bem.

Av. Fab, s/nº Fone: 0XX96 223-4355 CEP 68.906-000 Home page: http://www.tce.ap.gov.br

Conforme Relatório Técnico (fls. 0203/0231) realizado na Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Grande, referente ao exercício de 2013, emitido em 18/04/2017, observa-se que a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Grande, formalizada sob o nº 002858/2014, fora encaminhada dentro do prazo (item 2), em acordo com o disposto no art. 3º da RN nº 133/2005-TCE/AP, cumprindo o prazo de envio de prestação de contas ao TCE/AP. Entendimento com o qual concordamos.

Concordamos ainda com o referido Relatório, subitem 2.1, quanto a formalização incompleta da Prestação de Contas, em desacordo com o art. 5º da Resolução Normativa nº 133/2005 – TCE/AP, configurando, assim, nos termos do Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Regulamentar – Gravíssima (RGS4), qual seja, não envio ou remessa em atraso de informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP, referente à Prestação ou Tomada de Contas, posto que ausentes, nos autos, os seguintes documentos, vejamos:

a) Relação e cópias de contratos de operações de créditos no exercício e respectivas leis autorizativas;

b) Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal sobre a execução dos orçamentos.

c) Relação dos bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do Patrimônio;

d) Relação de obras e serviços de engenharia realizados no exercício com os respectivos custos;

e) Declaração da Dívida Ativa inscrita, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária, evidenciando-se os procedimentos adotados para cobrança;

f) Balancete Consolidado do mês de dezembro;

Av. Fab. s/nº Fone: 0XX96 223-4355 CEP 68.906-000 Home page: http://www.tce.ap.gov.br

g) Relação dos pagamentos a título de obrigações patrimoniais, separando os relativos a INSS e Fundo próprio de Seguridade Social;

h) Relação dos Ordenadores de Despesas das Unidades Gestoras;

i) Portarias da constituição das Comissões Permanentes e Especiais de Licitação e suas alterações ao longo do exercício; e

j) Notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às Demonstrações Contábeis.

Igualmente de acordo com o referido Relatório (item 3) quanto a omissão no encaminhamento ao TCE/AP dos seguintes Instrumentos de Planejamento, vejamos:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), referente ao exercício de 2013 (subitem 3.2);

- Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município para o exercício de 2013 (subitem 3.3).

Por oportuno, cabe ressaltar que a omissão quanto ao encaminhamento a esta Corte de Contas dos referidos instrumentos de planejamento, contraria ao disposto no inciso I, alíneas "a" e "b", do art. 10 da Resolução Normativa nº 133/2005 – TCE/AP, e, comprometeu a análise relativa ao cumprimento de metas e programas de governo, subitem 3.5, configurando, assim, nos termos do Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Regulamentar – Gravissima (RGS4), qual seja, não envio ou remessa em atraso de informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP, referente à Prestação ou Tomada de Contas.

Quanto ao subitem 3.4.2 em que pese abertura de créditos adicionais - posto que foi ultrapassado o limite concedido, despesas foram realizadas sem

Av. Fab, s/nº Fone: 0XX96 223-4355 CEP 68.906-000 Home page: http://www.tce.ap.gov.br

autorização da lei orçamentária, contrariando, assim, nos o Anexo Único da Instrução Normativo nº 001/2014-TCE/AP – Restrição de Ordem Regular – Gravíssima (CGS19).

Afirma também a Equipe Técnica, conforme evidencia o Anexo 10 da prestação de contas, que a Prefeitura de Porto Grande, durante o exercício de 2013, não adotou providências quanto a efetiva arrecadação de impostos, tais como: ITBI e IPTU, multa e juros de mora de tributos e a inscrição e cobrança das receitas provenientes da Dívida Ativa (subitem 4.1), atraindo, portanto, o disposto no parágrafo único, do art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, quanto a impossibilidade do município receber transferências voluntárias, configurando, assim, nos termos do Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Legal – Gravíssima (LGS15), qual seja, não adoção de providências para a constituição e arrecadação do crédito tributário.

Aduz também o Relatório, conforme o subitem 6.2.1, a existência de excesso de arrecadação, pois, do confronto entre a receita arrecadada e a receita prevista, obtivem-se o indicador 1,14, o que configura, na prática o equilíbrio na arrecadação. O mesmo entendimento deve ser adotado quanto ao subitem 6.2.2, posto que do confronto entre a despesa realizada e a despesa autorizada, obtivem-se o indicador 1, o que denota a economia quanto a realização da despesa.

Quanto ao subitem 6.2.3, aduz o relatório quanto a existência de superávit na execução orçamentária, posto que do confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada fora obtido o indicador de 1,02, e, portanto, maior que 1, qual seja, a ocorrência da receita arrecadada MAIOR que a despesa realizada no exercício.

O item 6.3, acusa divergência entre saldos nos balanços financeiros de 2012 e 2013, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis, enquanto, o subitem 6.3.1, atesta a existência de disponibilidade financeira para o pagamento de restos a pagar, bem como o subitem 6.3.2 indica o grau de endividamento do Município originados de restos a pagar, corresponde a 6,5% do total das despesas empenhadas.

O subitem 6.4.1 acusa a existência de Superávit Financeiro, uma vez que do confronto entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, resultou no

indicador 1,05, portanto, maior que 1, qual seja, o Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro.

O subitem 6.4.1.2.1, indica a inexistência de endividamento de longo prazo, uma vez que a dívida fundada é menor que a soma dos recebimentos líquidos. Já o subitem 6.4.1.2.2, atesta que os dispêndios da dívida pública (amortização + juros + demais encargos), indicando que não ocorreram pagamentos, quociente de Dispêndios da Dívida Pública é de zero.

Quanto ao item 6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais, qual seja, a diferença entre as variações patrimoniais ativas e passivas, afirma o Relatório quanto ao resultado positivo da situação patrimonial, ocorrido no exercício de 2013.

Quanto ao item 6.6 afirma o Relatório o desequilíbrio das contas públicas, posto que com base no Demonstrativo da Dívida Flutuante, extraído do RGF e do RREO, restou comprovada a ausência de disponibilidade financeira para o Município de Porto Grande honrar os compromissos de curto prazo, em desacordo com o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, configurando, assim, nos termos do Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Legal – Gravíssima (LGS14), qual seja, a ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro).

Depreende-se do referido Relatório Técnico, que foram cumpridos, conforme o item 7.1 os percentuais mínimos de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, uma vez identificado que a Prefeitura aplicou 31,25%, e, portanto, observou o limite mínimo de 25%, estabelecido no art. 212 da CF/88, o qual determina o percentual mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento de ensino.

Identifica-se ainda, nos subitens 7.2.1 e 7.2.2, que foram respeitados os limites mínimos estabelecidos no inciso XII do artigo 60 do ADCT, qual seja, 60%, uma vez que foram aplicados pelo município 64,06% da receita do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), no pagamento de remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Av. Fab, s/nº Fone: 0XX96 223-4355 CEP 68.906-000 Home page: http://www.tce.ap.gov.br

Igualmente foram respeitados os limites mínimos com ações e serviços de saúde, uma vez que o município, conforme o subitem 7.3.2 do Relatório, aplicou efetivamente 17,68% da receita decorrente de impostos e transferências em tal finalidade, em consonância com o inciso III, do § 2º do art. 198, bem como com o inciso III e § 3º do art. 77 do ADCT, ambos da CF/88.

Entretanto, observa-se, nos termos de o item 7.4, que foi desrespeitado o limite de 7% definido no inciso I do art. 29-A da CF/88, uma vez que foram realizadas transferências ao Legislativo no montante de R$ 812.712,23 (oitocentos e doze mil setecentos e doze reais e vinte e três centavos), o que corresponde ao percentual de 7,16% do somatório das receitas tributárias e das transferências constitucionais e legais, em desacordo com o estabelecido no inciso I do art. 29-A, caracterizando o disposto no inciso I do § 2º do artigo 29-A da CF/88, a saber, crime de responsabilidade, e, configurando, assim, nos termos de o Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Constitucional – Gravíssima (CGS18), qual seja, o repasse de valores ao Poder Legislativo em desacordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal.

Igualmente, não fora respeitado o limite mínimo de 54%, autorizado por lei, com gastos com pessoal, uma vez que o município, conforme subitem 7.5.1 do Relatório, despendeu 64,02% da receita corrente líquida - RCL, com gastos de tal natureza, e, portanto, em desacordo com o que estabelece o art. 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), configurando, assim, nos termos de o Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Legal – Gravíssima (LGS1), qual seja, despesas de pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aduz, também, o Relatório quanto a ausência de sistema de controle interno no Poder Executivo Municipal, em desrespeito ao art. 74 da CF/88, bem como ao art. 114 da Carta Estadual, configurando, assim, nos termos de o Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP - Restrição de Ordem Constitucional – Grave (CG2), qual seja, inexistência e/ou deficiência do controle interno.

Av. Fab, s/nº Fone: 0XX96 223-4355 CEP 68.906-000 Home page: http://www.tce.ap.gov.br

Por fim, aduz o Relatório quanto a remessa intempestiva do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referente ao 6º bimestre de 2014, bem como do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referente ao 2º semestre de 2014, configurando, assim, nos termos de o Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 - TCE/AP - Restrição de Ordem Constitucional – Grave (CG44), qual seja, descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP.

Assim, diante das irregularidades descritas no Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP, imperiosa a emissão de **PARECER PRÉVIO** pela **REJEIÇÃO DAS CONTAS,** vejamos:

2.1 - Formalização incompleta da Prestação de Contas, uma vez identificada a ausência de documentos obrigatórios **(RGS4);**

2.1.1 – Descumprimento do prazo fixado à diligência ou determinação de envio de informações e documentos obrigatórios **(LG102);**

3.2 – Descumprimento no envio das metas fiscais na forma da lei **(LG73);**

3.3.2 – Incompatibilidade entre a LOA e LDO/2013;

3.4.2.1 – Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legislativa **(CGS19);**

4.1 – Não adoção de providências para a constituição e arrecadação do crédito tributário **(LGS15);**

6.3 – Inconsistência dos demonstrativos contábeis **(LG46);**

6.6. – Cancelamento de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas **(LGS14);**

Av. Fab, s/nº - Fone: 0XX96 223-4355 - CEP 68.906-000 - Home page: http://www.tce.ap.gov.br

7.4 – Repasse de valores ao Poder Legislativo em desacordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal **(CGS18);**

7.5.1.1 – Despesas de gastos com pessoal acima dos limites estabelecidos pela LRF **(LGS1);**

8 – Inexistência e/ou deficiência do controle interno **(CG2);**

9 – Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP **(CG44).**

DA CONCLUSÃO

Ex positis, o Ministério Público de Contas, por sua representante, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 5º, do art. 290 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte, instituído pela Resolução Normativa nº 115/2003-TCE/AP, opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO DE REJEIÇÃO**, das Contas de Governo do Município de Vitória do Jari, sob responsabilidade do Sr. **Antônio de Sousa Pereira**, exercício de 2013, nos termos de o inciso II, do art. 112 da Carta Estadual c/c o inciso II do art. 26 da Lei Orgânica do TCE/AP, bem como pelo envio das referidas contas ao Poder Legislativo Municipal para o devido julgamento.

E ainda **RECOMENDA** a Prefeitura de Porto Grande, a estrita observância quanto ao disposto no art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe sobre a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional dos entes da federação, sob pena de impedimento do Município de receber transferências voluntárias, bem como o efetivo cumprimento do art. 74 da CF/88, e art. 114 da Carta Estadual, que tratam da instituição do sistema de controle interno, uma vez que tal omissão, nos termos do Anexo Único da Instrução Normativa nº 001/2014 -TCE/AP, configura Restrição de Ordem Constitucional – Grave (CG2), qual seja, inexistência e/ou deficiência do controle interno.

Por fim, que seja comunicado o Ministério Público do Estado do Amapá – MPE/AP, nos termos do item 2, da Cláusula Primeira, do Termo de Cooperação

Técnica e Operacional celebrado entre o Ministério Público de Contas do Amapá – MPC/AP e o Ministério Público do Estado do Amapá – MPE/AP, em virtude de a conduta do gestor caracterizar crime de responsabilidade e improbidade administrativa.

É o parecer.

Macapá, 27 de julho de 2017.

RACHEL BARBALHO RIBEIRO DA SILVA
Procuradora de Contas
MPC/AP

Av. Fab, s/nº Fone: 0XX96 223-4355 CEP 68.906-000 Home page: http://www.tce.ap.gov.br

285
Wapcosta

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

GABINETE 06
CONSELHEIRO REGILDO WANDERLEY SALOMÃO

Parecer Prévio n.º	:	**008/2019**
Sessão	:	**349ª Sessão Ordinária Data: 09.08.2019**
Processo n.º	:	**TC/002858/2019**
Assunto	:	**Prestação de Contas de Governo- Exercício 2013**
Jurisdicionado	:	**Município de Porto Grande**
Responsável	:	**Antônio de Souza Pereira**
Relator	:	**CONSELHEIRO REGILDO WANDERLEY SALOMÃO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – EXECUTIVO MUNICIPAL – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DESPESAS COM SAÚDE – EDUCAÇÃO - TRANSFERÊNCIAS LEGISLATIVAS – BALANÇO GERAL.

O Tribunal de Contas do Estado do Amapá, no uso da competência prevista nos artigos 112, inciso II, da Constituição do Estado do Amapá e 26, inciso II, da Lei Complementar n.º 010/1995, e, em observância ao procedimento estabelecido nos artigos 82 a 84, do Regimento Interno desta Corte de Contas é pela:

1) – Emissão de **Parecer Prévio,** recomendando à Câmara Municipal de Porto Grande, a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Porto Grande, referentes ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do **Sr. Antônio de Sousa Pereira.**

2) - Diante dos apontamentos constantes do Relatório Técnico, do Parecer Ministerial e do Relatório deste Gabinete, temos por bem também recomendar à Prefeitura Municipal de Porto Grande que:

2.1-Cumpra as normas editadas por esta Corte de Contas, especialmente quanto ao envio dos documentos necessários a análise das contas, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas à execução orçamentária do município;

2.2-Zele pela fidedignidade e confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, evitando assim distorções, divergências e obscuridades;

2.3-Não realize despesas sem autorização de Lei Orçamentária, bem como deixe de promover o cancelamento de restos a pagar processados;

2.4-Observe aos limites percentuais fixados na Constituição Federal, especialmente no que diz respeito aos repasses feitos ao Poder Legislativo e os Gastos com Pessoal;

2.5-Implemente o Sistema de Controle Interno no Município, e, caso já tenha sido implementado, o monitoramento de seu progresso, bem como das ações corretivas e preventivas adotadas e a sua subsequente eficácia ao longo do tempo, para quer não ocorra o desvio no planejamento governamental e falha no dever de prestar contas, e;

2.6- Observe as disposições contidas na Instrução Normativa n.º 001/2017 – TCE/AP acerca da apresentação do Relatório de Gestão.

Ainda, que se comunique a Câmara Municipal de Porto Grande o resultado da deliberação do Presente Processo, nos termos do Art. 92 do Regimentos Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

Participaram da Sessão, além do Presidente Conselheiros: Michel Houat Harb, o Conselheiro Ricardo Soares Pereira de Souza, o Conselheiro Regildo Wanderley Salomão, a Conselheira Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço; o, o Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes, a Conselheira Substituta Terezinha de Jesus Brito Botelho e o Conselheiro Substituto José Marcelo de Santana Neto.

Presente a Representante do Ministério Público de Contas junto e este Tribunal, a Procuradora de Contas Drª. Rachel Barbalho Ribeiro da Silva.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Porto Grande, Plenário "Palácio José Antero", em Porto Grande, 349ª Sessão Ordinária realizada em 09 de agosto de 2019.

Conselheiro Michel Houat Harb

Presidente

Conselheiro Regildo Wanderley Salomão

Relator

Procuradora Rachel Barbalho Ribeiro da Silva

Procuradora de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHEIRO REGILDO WANDERLEY SALOMÃO

PROCESSO N.º	:	002858/2014 - TCE/AP
JURISDICIONADO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
ASSUNTO	:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013
RESPONSÁVEL	:	ANTÔNIO DE SOUSA PEREIRA
RELATOR (A)	:	Cons.º REGILDO WANDERLEY SALOMÃO

RELATÓRIO

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Trata-se da Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Porto Grande, referente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Sr. Antônio de Sousa Pereira, encaminhada através do Ofício n.º 068/2014 – GAB/PRES/CMPG, datado de 30/04/2014, para fins de emissão de Parecer Prévio, nos termos do art. 112, inciso II, da Constituição do Estado do Amapá c/c os artigos 26, inciso II, da Lei Complementar n.º 010/1995 e 82, *caput*, do Regimento Interno do TCE/AP, visando subsidiar de forma técnica o julgamento político da ação governamental que será realizado pela Câmara Municipal.

2. DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS FORMAIS

Em análise Preliminar (fls. 194/195), o Controle Externo desta Corte de Contas atestou que embora as presentes contas tenham sido apresentadas tempestivamente, sua formalização estaria em desconformidade com o previsto no art. 5º, da Resolução Normativa n.º 133/2005 – TCE/AP, haja vista a ausência dos documentos elencados nos incisos I, II, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXII e XXIII do referido artigo.

Diante disso, o Tribunal emitiu a Diligência n.º 459/2014 (fl. 198) para que o então responsável pela Câmara Municipal de Porto Grande, Sr. Glauber de Souza Ribeiro, apresentasse em 15 (quinze) dias, documentos e informações complementares necessários ao saneamento do processo.

Conforme documento de fl. 199, a citada diligência foi entregue ao destinatário no dia 10/10/2014, entretanto, até o presente momento, nenhuma resposta foi encaminhada a este Tribunal.

3. DA MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO

Em conformidade com o disposto nos artigos 86 e 87 do Regimento Interno desta Corte de Contas, os autos foram encaminhados à 3ª Inspetoria de Controle Externo, para manifestação por meio de Relatório Técnico, o qual apontou os seguintes achados:

A.1 ACHADO DE AUDITORIA – Não envio ou remessa em atraso de informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP, referente à Prestação ou Tomada de Contas.
Critério: Artigo 5º, incisos I, II, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XIX, XX e XII, da Resolução Normativa n.º 133/2005 – TCE/AP.
Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.
Evidências: Ausência das informações e documentações obrigatórias na Prestação de Contas de Governo.

A.2 ACHADO DE AUDITORIA – Não atendimento, no prazo fixado, à diligências ou determinação do Tribunal (Lei Complementar 010/95 (LO TCE/AP.
Critério: Artigo 85, inciso V e Resolução Normativa n.º 115/2003 – TCE/AP, art. 109, inciso III).
Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.
Evidências: Não atendimento a Diligência n.º 459/2014.

A.3 ACHADO DE AUDITORIA – Peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais.
Critério: CF/88, artigos 165 a 167.
Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.
Evidências: Ausência das informações e documentações obrigatórias na LDO/2013.

A.4 ACHADO DE AUDITORIA – Peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais.
Critério: CF/88, artigos 165 a 167.
Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.
Evidências: Incompatibilidade entre a LOA e LDO 2013.

A.5 ACHADO DE AUDITORIA – Abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais – sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior.
Critério: CF/88, art. 167, V e Lei n.º 4.320/4, art. 42.
Efeitos: Realização de despesas sem autorização legislativa.
Evidências: Decretos de Alteração Orçamentária.

A.6 ACHADO DE AUDITORIA – Não adoção de providências para a constituição do crédito tributário, ocasionando a decadência (ausência de qualquer ação formal de constituição em 5 anos) do direito de constituir o crédito tributário devido.
Critério: Art. 11, *caput*, da LC n.º 101/2000 (LRF).
Efeitos: Falta/Queda na arrecadação.
Evidências: Anexo 10 da Prestação de Contas.

A.7 ACHADO DE AUDITORIA – Não contabilização de fatos contábeis ou existência de registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis.
Critério: Lei n.º 4.320/64, artigos 83 e 106.
Efeitos: Inconsistência dos demonstrativos contábeis.
Evidências: Balanços financeiros de 2012 e 2013.

A.8 ACHADO DE AUDITORIA – Cancelamento de restos a pagar processados sem a comprovação do fato motivador.
Critério: CF/88, art. 37, *caput*. Artigos 62 e 63, da Lei n.º 4.320/64.
Efeitos: Locupletação do Município.
Evidências: Demonstração da Dívida Flutuante, DVP, Balanço Patrimonial.

A.9 ACHADO DE AUDITORIA – Repasse de valores ao Poder Legislativo em desacordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal /88.
Critério: CF/88, art. 29-A, *caput*, incisos I a IV e §2º, incisos I a III.
Efeitos: Crime de Responsabilidade do Prefeito Municipal.
Evidências: Despesa do Legislativo.

A.10 ACHADO DE AUDITORIA – Despesas com pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
Critério: art. 20, inciso III, "b" da LRF.
Efeitos: Menos recursos para investir em ativos.
Evidências: Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2013.

A.11 ACHADO DE AUDITORIA – Inexistência e/ou deficiência do controle interno.
Critério: CF/88, art. 74.
Efeitos: Ausência de controle e de instrumentalização para o controle social.
Evidências: Ausência de relatório de Controle Interno/Assinatura do Controle Interno no RGF.

A.12 ACHADO DE AUDITORIA – Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP.
Critério: Constituição Estadual, art. 111, § 2º, LC n.º 010/95 (LO – TCE/AP) art. 85, VI e VIII; RN n.º 115/2003-TCe/AP, art. 109, VII e VIII.
Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.
Evidências: RGF do 2º Quadrimestre 2013, RREO do 6º Bimestre 2013.

Diante dos achados indicados, o Corpo Técnico desta Corte de Contas recomendou a emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das presentes contas.

4. DA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Apresentado o Relatório Técnico, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para sua manifestação nos termos do art. 290, §5º, do Regimento Interno do TCE, a qual foi materializada por meio do Parecer n.º 139/2017 – MPC/TCE/AP.

Na oportunidade, o *Parquet* de Contas acompanhou os apontamentos exarados pelo Controle Externo, opinando ao final pela emissão de Parecer Prévio de

Rejeição, das Contas de Governo do Município de Porto Grande, relativas ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Antônio de Sousa Pereira.

5. DAS RESSALVAS RELATIVAS AO RELATÓRIO TÉCNICO

5.1. Achado A.1 – Inadequada formalização da prestação de contas

No que tange a não formalização da prestação de contas nos termos do art. 5º, da Resolução Normativa n.º 133/2005 – TCE/AP, entendemos que não há como imputar ao Prefeito tal falha. Note-se que ao fazer a análise de admissibilidade formal foi detectada a ausência de inúmeros documentos, razão pela qual, sugeriu-se que o responsável fosse notificado para apresentar a documentação faltante.

A notificação acabou sendo endereçada ao Sr. Glauber de Souza Ribeiro, então responsável pela Câmara Municipal de Porto Grande, cabendo aos Correios efetuar a entrega da comunicação ao destinatário. Na ocasião, foi juntado aos autos (fl. 199) documento que confirma a entrega do objeto, sem, contudo, indicar quem teria recebido.

Em assim sendo, como não é possível atestar se o responsável pelas contas (Prefeito) tomou conhecimento da necessidade de encaminhar tal documentação, resta incabível recomendar a rejeição das contas com base neste fundamento.

5.2. Achado A.2 – Não atendimento de diligência no prazo regimental

Diante do exposto no item 5.1 deste relatório, temos por bem também afastar a responsabilidade do Prefeito quanto ao não atendimento à diligência ou determinação do Tribunal, no prazo regimental.

5.3. Achados A.3 e A.4 – Inconsistências nas peças de planejamento

O Relatório Técnico concluiu pela a ausência dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que contraria o art. 4º, §§ 1º e 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destacou ainda haver uma divergência entre ao limite percentual de autorização de abertura de créditos adicionais suplementares. Posto que o percentual previsto na Lei Orçamentária Anual foi de 40% e o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias foi de 30%.

Quanto a tais falhas, vale registrar, que o encaminhamento da LOA, LDO e PPA ocorrem separadamente da prestação de contas. Tais peças são autuadas

neste Tribunal como processos autônomos, portanto, devem ser objeto de apuração específica, e, em existindo qualquer irregularidade, se faz imprescindível oportunizar o contraditório ao responsável para caso queira apresente justificativas.

Em ambos os casos, observamos que mesmo diante de possível falha, não foi adotada qualquer medida objetivando o seu saneamento. Diante disso, a nosso ver, tal fundamento não pode ser motivo para se recomendar a desaprovação de contas.

5.4. Achado A.5 – Abertura de créditos adicionais sem autorização legislativa

Segundo o Relatório Técnico a Prefeitura de Porto Grande realizou no exercício de 2013, despesas sem autorização da Lei Orçamentária no valor de R$ 13.696.826,70 (treze milhões, seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta centavos).

No caso em questão, devemos considerar que a Equipe Técnica pontou tal infração baseada tão somente nas informações contidos no relatório do gestor e nos registros contábeis, o que a nosso ver, é insuficiente para ensejar a desaprovação das contas.

No mais, seria imprescindível a análise dos decretos relativos as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício de 2013, os quais não foram encaminhados, conforme podemos evidenciar no item 2.1 do Relatório Técnico.

5.5. Achado A.6 – Falta de providências para a constituição de crédito tributário

Outro apontamento trazido pelo Relatório Técnico diz respeito a não adoção de providências para a constituição do crédito tributário, ocasionando a decadência (ausência de qualquer ação formal de constituição em 5 anos) do direito de constituir o crédito tributário devido.

Registre-se que a Comissão Técnica se utilizou, exclusivamente, dos dados apresentados no Balanço Orçamentário para inferir tal conduta. No entanto, em nosso sentir, os lançamentos ali feitos são incapazes atestar com nível razoável de segurança que o gestor tenha de fato deixado de promover ações para a constituição do crédito tributário.

Some-se a isso o fato de que falta às contas um elemento fundamental: *a Declaração da Dívida Ativa, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária, evidenciando-se os procedimentos adotados para a*

cobrança, indicada no art. 5°, inciso XVII, da Resolução Normativa n.° 133/2005 – TCE/AP.

5.6. Achado A.7 – Divergências em registros contábeis (Balanço Financeiro)

No confronto entre o Saldo para o exercício seguinte (Balanço Financeiro 2012) e o Saldo do exercício anterior (Balanço Financeiro 2013) se atestou uma diferença de R$ 1.189.405,61 (hum milhão, cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Em que pese evidenciada a diferença não ficou demonstrado os efeitos danosos advindos de tal divergência, motivo pelo qual, a nosso ver, deve-se tratar tal falha como de natureza formal, não sendo fundamento suficiente para fins de emissão de parecer de desaprovação das contas.

5.7. Achado A.9 – Repasses ao Legislativo em desacordo com as normas constitucionais

Conforme o Relatório Técnico, as transferências duodecimais ao Legislativo Municipal totalizaram R$ 812.712,23 (oitocentos e doze mil, setecentos doze reais e vinte e três centavos), correspondente a 7,16% do somatório da receita tributária e as transferências constitucionais realizadas no exercício de 2013, qual seja, R$ 11.325.618,14 (onze milhões, trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e quatorze centavos). Tal percentual ultrapassou o limite máximo estabelecido no art. 29 – A, inciso I, da Constituição Federal.

Entretanto, vale frisar que o fato de ultrapassar o limite previsto, não enseja por si só falta grave, desde que feita a devida adequação ao percentual máximo estabelecido, por meio de alteração orçamentária, anulando-se o excedente em dotação da Câmara Municipal.

No mais, observa-se que o valor ultrapassado foi de R$ 19.918,96 (dezenove mil, novecentos e dezoito reais e noventa e seis centavos), importância considerada irrisória frente ao montante de recursos geridos. Portanto, verifica-se a ausência de má-fé ou de dolo por parte do gestor, caracterizando-se, assim, falha meramente formal.

5.8. Achado A.10 – Despesa com pessoal acima do limite

O Corpo Técnico evidenciou que a Prefeitura de Porto Grande realizou Despesas com pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei da Responsabilidade

Fiscal, especialmente quanto as Despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal, que ultrapassaram o percentual de 60%.

Vale frisar, que ultrapassar o percentual de limite fixado de despesa com pessoal, por si só, não configura irregularidade, uma vez que o gestor poderá promover a redução do montante nos prazos e condições definidos no art. 23, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece que o percentual excedente deverá ser eliminado nos 02 (dois) quadrimestres seguintes.

Como não há registro quanto ao cumprimento ou não da redução do excesso nos prazos e condições estabelecidos em lei, entendemos que a restrição evidenciada não deve servir de fundamento à reprovação das contas.

5.9. Achado A.11 – Inexistência de sistema de controle interno

Note-se que estamos tratando de contas relativas ao exercício de 2013, portanto, anteriores a edição da Resolução Normativa n.° 156/2014 – TCE/AP, que estabelece diretrizes para a implantação dos sistemas de controle interno nos âmbitos estadual e municipal. Neste sentido, não seria razoável recomendar a desaprovação das presentes contas, pois se assim fosse, teríamos de reprovar todas as contas até hoje prestadas, inclusive as do Governador, que instituiu o Sistema de Controle Interno apenas com a edição da Lei n.° 2148, de 14/03/2017.

5.10. Achado 12 – Atraso no envio de RREO e RGF

O achado diz respeito ao atraso no envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referente ao 6° bimestre de 2013, e do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 2° bimestre de 2013.

Da mesma forma como exposto no item 5.3 deste relatório, lembramos que tais peças são autuadas como processos autônomos, e que, a intempestividade em questão deveria ser apurada em cada caso, oportunizando-se ao gestor o contraditório.

No caso em questão, temos por bem considerar tratar-se de falha de natureza meramente formal, portanto, incapaz de por si só, macular as contas, motivo pelo qual, afastamos a possibilidade de se rejeitar as contas sob este fundamento.

5.11. Demais Achados

Com relação ao Achado A.8 referente ao cancelamento de restos a pagar processados sem a comprovação do fato motivador, **acompanhamos** o posicionamento exarado pelo Controle Externo e Ministério Público de Contas, no

sentido de considerar tal conduta como infração grave. Porém, considerando tratar-se da única irregularidade de fato evidenciada e comprovada, invocamos o princípio da razoabilidade, para que no caso em questão indiquemos ressalvas com as devidas recomendações ao Poder Executivo Municipal.

6. CONCLUSÃO

Diante das conclusões deste relatório, entendemos que os **Achados A.1; A.2; A.3; A.4; A.5; A.6; A.7; A.9; A.10; A.11 e A.12** devem ser afastadas para fins de recomendação de desaprovação de contas. Quanto ao Achado A.8, relativo ao cancelamento de restos a pagar processados, embora revele falta grave, a de se considerar o princípio da razoabilidade para também afastá-la, de modo que as Contas de Governo da Prefeitura de Porto Grande, referente ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do Sr. Antônio de Sousa Pereira, estão aptas a receber a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** e devidas recomendações por parte do Poder Legislativo.

É o relatório que submeto à deliberação do plenário.

Macapá, 25 de julho de 2019.

REGILDO WANDERLEY SALOMÃO
Conselheiro Relator

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

CONSELHEIRO REGILDO WANDERLEY SALOMÃO

PROCESSO N.º	:	002858/2014 - TCE/AP
JURISDICIONADO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
ASSUNTO	:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013
RESPONSÁVEL	:	ANTÔNIO DE SOUSA PEREIRA
RELATOR (A)	:	Cons.º REGILDO WANDERLEY SALOMÃO

PROJETO DE PARECER PRÉVIO

O Tribunal de Contas do Estado do Amapá, no uso da competência prevista nos artigos 112, inciso II, da Constituição do Estado do Amapá e 26, inciso II, da Lei Complementar n.º 010/1995, e, em observância ao procedimento estabelecido nos artigos 82 a 84, do Regimento Interno desta Corte de Contas é pela emissão de **Parecer Prévio,** recomendando à Câmara Municipal de Porto Grande, a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Porto Grande, referentes ao exercício financeiro de 2013, de responsabilidade do **Sr. Antônio de Sousa Pereira.**

Diante dos apontamentos constantes do Relatório Técnico, do Parecer Ministerial e do Relatório deste Gabinete, temos por bem também recomendar à Prefeitura Municipal de Porto Grande que:

1. Cumpra as normas editadas por esta Corte de Contas, especialmente quanto ao envio dos documentos necessários a análise das contas, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas à execução orçamentária do município;
2. Zele pela fidedignidade e confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, evitando assim distorções, divergências e obscuridades;
3. Não realize despesas sem autorização de Lei Orçamentária, bem como deixe de promover o cancelamento de restos a pagar processados;
4. Observe aos limites percentuais fixados na Constituição Federal, especialmente no que diz respeito aos repasses feitos ao Poder Legislativo e os Gastos com Pessoal;

5. Implemente o Sistema de Controle Interno no Município, e, caso já tenha sido implementado, o monitoramento de seu progresso, bem como das ações corretivas e preventivas adotadas e a sua subsequente eficácia ao longo do tempo, para quer não ocorra o desvio no planejamento governamental e falha no dever de prestar contas, e;
6. Observe as disposições contidas na Instrução Normativa n.º 001/2017 – TCE/AP acerca da apresentação do Relatório de Gestão.

É o Projeto de Parecer Prévio que submeto à deliberação do plenário.

Macapá, 01 de agosto de 2019.

REGILDO WANDERLEY SALOMÃO
Conselheiro Relator

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

CONTROLE EXTERNO 3ª TCE TCE Fls 0203

INTERESSADO: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: RELATÓRIO TÉCNICO REALIZADO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013

RESPONSÁVEL: ANTÔNIO DE SOUSA PEREIRA

CONTROLE EXTERNO 3ª TCE TCE Fls 0204

ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal de 1988

EC – Emenda Constitucional

FMS – Fundo Municipal de Saúde

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

PPA – Plano Plurianual

PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica

RCL - Receita Corrente Líquida

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RI – Regimento Interno do TCE

RN – Resolução Normativa do TCE

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SIOPS – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Amapá

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0205

SUMÁRIO

CAPA 1

ABREVIATURAS 2

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 5

2. DA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 6

2.1. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NÃO ENCAMINHADOS 6

A.1 ACHADO DE AUDITORIA 7

A.2 ACHADO DE AUDITORIA 8

3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 8

3.1. PLANO PLURIANUAL 8

3.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 8

A.3 ACHADO DE AUDITORIA 8

3.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 8

A.4 ACHADO DE AUDITORIA 9

3.4 - CRÉDITOS ADICIONAIS 9

A.5 ACHADO DE AUDITORIA 10

3.5 CUMPRIMENTO DE METAS E PROGRAMAS 10

4. RECEITA ORÇAMENTÁRIA 12

A.6 ACHADO DE AUDITORIA 13

5. DESPESA ORÇAMENTÁRIA 13

6. ANÁLISE DO BALANÇO GERAL 14

6.1. RESPONSABILIDADE TÉCNICA 14

6.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 13

6.3. BALANÇO FINANCEIRO 15

A.7 ACHADO DE AUDITORIA 15

CONTROLE EXTERNO 3a ICE TCE Fls 0206

6.4. BALANÇO PATRIMONIAL..... 16

6.5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS..... 17

6.6. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE..... 17

A.8 ACHADO DE AUDITORIA 18

7. CUMPRIMENTO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 18

7.1. APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO..... 18

7.2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB..... 19

7.3. APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE..... 22

7.4. TRANSFERÊNCIAS PARA O PODER LEGISLATIVO..... 24

A.9 ACHADO DE AUDITORIA 25

7.5 – DESPESA COM PESSOAL..... 25

A.10 ACHADO DE AUDITORIA 26

8. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO..... 26

A.11 ACHADO DE AUDITORIA 26

9. DA REMESSA AO TCE E PUBLICAÇÕES DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS..... 26

A.12 ACHADO DE AUDITORIA 27

10.CONCLUSÃO..... 27

CONTROLE EXTERNO 3º ICE TCE Fls 0207

Processo: 002858/2014-TCE/AP

Município: Porto Grande

Origem: Câmara Municipal de Porto Grande

Assunto: Prestação de Contas

Relator: Conselheiro Subs. Antônio Wanderler Colares Távora

Exercício: 2013

1. Considerações Iniciais

A Constituição do Estado do Amapá, em seu artigo 112, inciso II, atribui ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá competência para apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, visando subsidiar tecnicamente as Câmaras Municipais no julgamento político da ação governamental.

Investido em sua missão constitucional, este Tribunal recepcionou mediante o ofício nº 068/2014-GAB/PRES/CMPG, de 30/04/2014, que deu origem ao processo nº 002858/2014-TCE/AP, (prestação de contas da Prefeitura Municipal de Porto Grande), referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, de responsabilidade do gestor a seguir qualificado:

Nome	Antônio de Sousa Pereira
Endereço	
CPF	208.597.672-72
RG	
Título de Eleitor	

Para a análise das contas em tela, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, designou comissão através da portaria nº 172/2017-TCE/AP, de 17/04/2017, composta pelos seguintes servidores: Werley de Almeida, Analista de Controle Externo, matrícula nº 959 e Everaldo França de Sousa, Técnico de Controle Externo, matrícula nº 1130; e como apoio administrativo, o servidor Sandro Roberto da Silva Pereira, matrícula nº 756, para sob a coordenação do primeiro, realizar o referido trabalho.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0208

O presente Relatório abordará aspectos referentes às contas de governo, visando subsidiar a emissão de parecer prévio por parte deste Tribunal.

Os trabalhos foram desenvolvidos com base nas informações constantes da prestação de contas encaminhada ao TCE/AP, no Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2013, (processo nº 000646/2014-TCE/AP), no Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º semestre de 2013, (processo nº 000644/2014-TCE/AP), e nos sitios do Governo Federal (https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp, http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops/mais-sobre-siops/6008-demonstrativos,).

2. Da apresentação da prestação de contas

2.1. O presente processo foi remetido ao TCE/AP, em 30/04/2014, dentro do prazo legal, estabelecido pelo art. 3º da RN nº 133/2005–TCE/AP. De acordo com Análise Preliminar, fls.194/195, a prestação de contas em apreço não foi formalizada em conformidade com o artigo 5º da Resolução Normativa nº 133/2005–TCE/AP, posto que **ausentes** os seguintes documentos:

- Relatório de gestão com a identificação e qualificação do responsável, contendo: nome, cargo ou função, período de gestão, número da identidade, matrícula, CPF e endereço residencial;

- Formulário - Síntese, conforme modelo n.º 01, em anexo, parte integrante da presente Resolução Normativa;

- Relação e cópias de Leis e Decretos de abertura de créditos adicionais;

- Relação e cópias de contratos de operações de créditos no exercício e respectivas leis autorizativas;

- Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal sobre a execução dos orçamentos;

- Cadastro de cada Contador, responsável pela contabilidade do Município, órgãos da Administração Indireta e Fundos, de acordo com o modelo nº 02;

- Quadro demonstrativo da aplicação em manutenção e desenvolvimento de ensino, observando o artigo 212 da Constituição Federal, conforme modelo n.º 03;

CONTROLE EXTERNO 3ª TCE TCE Fls 0109

- Demonstrativo das receitas destinadas e despesas realizadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, de acordo com modelo n.º 04;

- Demonstrativo das despesas totais com pessoal ativo, inativo e pensionista da administração Direta, Indireta e Estatais, de acordo com o modelo n.º 05;

- Quadro demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, conforme Emenda Constitucional n° 29/2000, consoante modelo n° 08, em anexo;

- Declaração da Dívida Ativa inscrita, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária, evidenciando-se os procedimentos adotados para cobrança;

- Balancete consolidado do mês de dezembro;

- Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do mês de dezembro;

- Relação dos pagamentos a título de Obrigações Patrimoniais, separando os relativos a INSS e Fundo próprio de Seguridade Social;

- Relação dos ordenadores de despesas das Unidades Gestoras;

- Portarias da constituição das Comissões Permanentes e Especiais de Licitação e suas alterações ao longo do exercício;

- Notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis.

A.1 ACHADO DE AUDITORIA – Não envio ou remessa em atraso de informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP, referente à Prestação ou Tomada de Contas.

Critério: Artigo 5º, incisos I, II, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XIX, XX e XXIII da Resolução Normativa 133/2005 – TCE/AP.

Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.

Evidências: Ausência das informações e documentações obrigatórias na Prestação de Contas de Governo.

2.1.1. Instado a apresentar a documentação ausente, conforme Diligência nº 459/2014, (fl. 198), o responsável até a presente data não se manifestou.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0220

A.2 ACHADO DE AUDITORIA – Não atendimento, no prazo fixado, à diligência ou determinação do Tribunal (Lei Complementar 010/95 (LO TCE/AP).

Critério: Artigo 85, V e Resolução Normativa 115/03 – TCE/AP, art. 109, III).

Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.

Evidências: Não atendimento a Diligência nº 459/2014.

3. Instrumentos de Planejamento

3.1. Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) do município de Porto Grande para o período de 2010 a 2013, foi enviado tempestivamente, cumprindo o prazo estabelecido pelo art. 10, inciso I, da Resolução Normativa nº 133/2005.

3.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias

A LDO referente ao exercício de 2013, foi enviada tempestivamente, cumprindo o prazo estabelecido pelo art. 10, inciso I, da Resolução Normativa nº. 133/2005. Todavia, deixaram de ser enviados junto com a referida lei, o Anexo I a que se refere o art. 2º da mesma, o Anexo de Metas Fiscais, (art. 4º § 1º da LRF), e o Anexo de Riscos Fiscais, (art. 4º, § 3º da LRF).

A.3 ACHADO DE AUDITORIA – Peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais.

Critério: CF/88, arts. 165 a 167

Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.

Evidências: Ausência das informações e documentações obrigatórias na LDO/2013.

3.3. Lei Orçamentária Anual

A lei nº 469/2012-PMPG (LOA), trata do Orçamento Anual do Município de Porto Grande para o exercício de 2013, na qual se encontra:

3.3.1. Estimada a receita e fixada à despesa em **R$ 24.246.680,00**.

3.3.2. Autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **40%** da despesa fixada no orçamento, que corresponde a **R$ 9.698.672,00**. Entretanto, a LDO

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0211

de 2013, (processo nº 0195/2013-TCE/AP), em seu art. 10, Inciso III, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de **30%**, estando, portanto, a LOA/2013, **incompatível** com a LDO/2013.

> **A.4 ACHADO DE AUDITORIA** – Peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais.
> **Critério:** CF/88, arts. 165 a 167
> **Efeitos:** Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.
> **Evidências:** Incompatibilidade entre a LOA e LDO 2013.

3.3.3. O limite de que trata o item anterior não será onerado quando a fonte de recursos for proveniente de recursos vinculados e receitas próprias de Fundos dependentes.

3.3.4. Satisfez o estabelecido no art. 10, inciso I, da Resolução Normativa nº 133/2005, uma vez tempestiva.

3.4. Créditos Adicionais

De acordo com o relatório do gestor, fls. 004/022, durante o exercício a dotação orçamentária prevista foi modificada em face da abertura de créditos adicionais suplementares, conforme demonstrativo a seguir:

Dotação Inicial (1)	**R$ 24.246.680,00**
Dotação Suplementar **(2)**	R$ 23.395.498,70
Dotação Especial **(3)**	0,00
Dotação Extraordinária **(4)**	0,00
Dotação Anulada **(5)**	R$ 13.528.432,70
Dotação Final (1+2+3+4-5)	**R$ 34.113.746,00**
Percentual de Suplementação (%)	**96,48%**

Fonte: Balanço Geral de 2013.

3.4.1. Dos **R$ 23.395.498,70** referentes as suplementações ocorridas no exercício, somente a fonte de recursos anulação de dotação, (**R$ 13.528.432,70**), foi mencionada no relatório do gestor, (fls. 004/022), as demais não puderam ser mensuradas e comprovadas em função da não apresentação dos decretos de alterações orçamentárias, conforme aponta o **item 2.1**.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE
TCE
Fls 0212

3.4.2 Considerações sobre os Créditos Adicionais

3.4.2.1. Considerando o não envio dos decretos de alteração orçamentárias ocorridas no exercício, conforme o **item 2.1**, tomamos como base o relatório do gestor, fls. 004/022, em confronto com os registros contábeis e os anexos correspondentes, constatamos que o executivo **ultrapassou** o limite concedido no art. 4º da lei orçamentária, conforme demonstramos:

1. Dotação Inicial	R$ 24.246.680,00	%
2. Limite Legal (lei nº 369/2012, art.4º, I)	**R$ 9.698.672,00**	40%
3. Total de créditos suplementares abertos	R$ 23.395.498,70	96,48%
4. Total Excedido (3-2)	**R$ 13.696.826,70**	

Isto quer dizer que a prefeitura de Porto Grande realizou no exercício de 2013, despesas sem autorização da lei orçamentária no valor de **R$ 13.696.826,70** (treze milhões seiscentos e noventa e seis mil oitocentos e vinte e seis reais e setenta centavos).

A.5 ACHADO DE AUDITORIA – Abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais – sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior.
Critério: C.F/88, art. 167, V e lei nº 4.320/64, art.42.
Efeitos: realização de despesas sem autorização legislativa.
Evidências: Decretos de Alteração Orçamentária.

3.5. Cumprimento de Metas e Programas

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e na LDO e da realização de programas de governo e dos orçamentos.

Apresenta-se a análise desse tópico por meio da tabela, a seguir, sob dois aspectos: execução orçamentária e metas fiscais de programas de governo de mais relevância na análise nas áreas de saúde, de educação, de assistência social. Administração Geral e meio ambiente.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 023

Tabela I – Programas de Governo – Previsão e Execução

CÓDIGO/ PROGRAMA	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO PPA P/ 2013 (R$)	PREVISÃO LOA (R$)	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO/ PREVISÃO
0403	Ensino Fundamental	Proporcionar as unidades organizacionais da SEMED, os meios indispensáveis a operacionalização dos serviços sob a responsabilidade da mesma, através do efetivo e racional trabalho de apoio administrativo, consignado pela atuação dos setores competentes	5.104.173,00	7.968.885,00	12.731.715,51	+59,77%
0401	Educação Infantil	Introduzir a Classe infanto juvenil no âmbito sócio estudantil com qualidade	1.079.970,00	2.311.300,00	8.266,23	0,36%
0202	Agentes Comunitários de Saúde	Garantir a saúde preventiva do município.	312.220,00	3.930.732,00	4.445.908,04	+13%
0241	Prevenção e Controle da Dengue.	Garantir a saúde preventiva do município.	321.819,00	314.822,00	48.742,30	15,48%
0122	Amparo Assistencial a criança e ao adolescente.	Possibilitar a inclusão social.	236.642,00	201.574,00	42.899,01	21,28%
0125	Assistência a Comunidade.	Assegurar os direitos sociais.	553.228,00	715.500,00	586.310,49	81,94%
52	Administração Geral	Manter as atividades administrativas do gabinete, sendo elas políticas e sociais, proporcionando melhores condições para o desempenho de suas funções.	1.304.725,00	1.937.611,00	4.924.509,09	+154,15%

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0214

0619	Conservação do solo	Desenvolver estudos em pró de um relacionamento melhor entre o ambiente e meio em que vive.	423.274,00	425.798,00	215.223,05	50,55%
0668	Extensão e Cooperativo Rural	Atuar junto aos pequenos produtores e criadores no sentido de contribuir com o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e pecuárias.	501.660,00	534.511,00	434.363,04	81,26%

Na análise, pode-se observar que dos 09 programas examinados, vinculados ao Poder Executivo, 07 foram programados na Lei Orçamentária Anual de 2013 com valores acima do previsto no PPA, 02 foram orçados com valores inferiores ao previsto no Plano Plurianual. O programa que teve o maior aporte inicial na LOA em relação ao planejado no PPA foi "Agentes Comunitários de Saúde".

Notam-se divergências entre as metas estabelecidas no PPA e na LOA e os valores efetivamente executados em cada um desses programas. Como por exemplo, no Programa "Educação Infantil" no qual houve a previsão de R$ 2.311.300,00 e execução de somente R$ 8.266,23, o que corresponde a 0,36% do valor previsto e em outros casos, a execução ocorreu bem acima do previsto, como é o caso do Programa "Administração Geral" no qual a previsão foi de R$ 1.937.611,00; e a execução foi de 154% acima desse valor e também no programa "Ensino Fundamental" no qual a previsão foi de R$ 7.968.885,00; e a execução foi de R$ 12.731.715,51 correspondendo a 154% acima do valor previsto.

Assim, com base na análise comparativa entre os valores previstos por programa no PPA para 2013 e os valores totais fixados na LOA e executados no exercício, pode-se concluir que ocorreu certo descompasso entre o "planejado/programado x executado".

4. Receita Orçamentária

O total de recursos arrecadados pelo município de Porto Grande foi de **R$ 27.638.524,02**; conforme Anexo 02, fls. 0025/0028.

CONTROLE EXTERNO 3a ICE TCE Fls 0245

4.1. Dívida Ativa

Em 2013 a prefeitura municipal de Porto Grande não realizou arrecadação de receitas provenientes de multas e juros de mora dos tributos e da Dívida Ativa, conforme evidencia o Anexo 02 da prestação de contas.

Sobre o assunto, importante esclarecer que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal não só a instituição e previsão, mas a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional de cada ente da Federação, ou seja, não basta somente efetuar o lançamento dos tributos, mas envidar todos os esforços para que o crédito tributário ingresse, sob a forma de numerário, nos cofres municipais. O município que não cumprir essa norma desobedece ao mandamento constitucional expresso no **inc. III, do art. 30 da CF/88**, e ficará impedido de receber transferências voluntárias do Estado ou da União.

A.6 ACHADO DE AUDITORIA – Não adoção de providências para a constituição do crédito tributário, ocasionando a decadência (ausência de qualquer ação formal de constituição em 5 anos) do direito de constituir o crédito tributário devido.

Critério: art. 11, caput da LC n° 101/2000 (LRF).

Efeitos: Falta/Queda na arrecadação.

Evidências: Anexo 10 da prestação de Contas.

5. Despesa Orçamentária

O total da despesa empenhada no exercício pelo município de Porto Grande foi de **R$ 27.004.106,37**, conforme Anexo 12, fl. 0060.

6. Análise do Balanço Geral

6.1. Responsabilidade Técnica

A contabilidade do município foi consolidada sob a responsabilidade do Sr. Carlos Alberto da Silva Pinto, contador, inscrito no CRC AP, sob o nº AP-01674/O-8. Ressaltamos que os dados cadastrais do mesmo não foram encaminhados junto a prestação de contas, conforme o **item 2.1**.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0216

6.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da lei nº 4.320/64)

6.2.1. Resultado da Arrecadação Orçamentária – Quociente de Arrecadação da Receita (QAR)

$$\frac{\text{Receita Arrecadada}}{\text{Receita Prevista}} = \textbf{QAR}$$

$$\frac{\text{R\$ 27.638.524,02}}{\text{R\$ 24.246.680,00}} = \textbf{1,14}$$

O resultado do Quociente de Arrecadação da Receita (**QAR**) foi de **1,14**; indicando assim um **Excesso de Arrecadação**, pois a receita arrecadada foi maior que a receita prevista.

6.2.2. Quociente de Realização da Despesa (QRD)

$$\frac{\text{Despesa Orçamentária Realizada}}{\text{Despesa Orçamentária Autorizada}} = \textbf{QRD}$$

$$\frac{\text{R\$ 27.004.106,37}}{\text{R\$ 34.113.746,00}} = \textbf{0,79}$$

O resultado do Quociente de Realização da Despesa (**QRD**) foi de **0,79**; indicando que houve **Economia Orçamentária** já que a despesa realizada foi menor do que a autorizada.

6.2.3. Resultado da Execução Orçamentária – Quociente do Resultado da Execução Orçamentária (QREO)

$$\frac{\text{Receita Arrecadada}}{\text{Despesa Realizada}} = \textbf{QREO}$$

$$\frac{\text{R\$ 27.638.524,02}}{\text{R\$ 27.004.106,37}} = \textbf{1,02}$$

Da análise da receita arrecadada pela despesa realizada, obteve-se um Quociente do Resultado da Execução Orçamentária no valor de **1,02**; resultando num **Superávit de Execução Orçamentária**, pois que a receita arrecadada foi **MAIOR** do que a despesa realizada no exercício.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0217

6.3. **Balanço Financeiro** (Anexo 13 da lei nº 4.320/64)

O saldo disponível em caixa e bancos para o exercício de 2014 não pôde ser confirmado na prestação de contas do exercício de 2013, em função de **divergência** entre o saldo para o exercício seguinte, constante no balanço de 2012, (processo nº 003088/2013-TCE/AP) e o que foi registrado no balanço em análise (2013), conforme quadro abaixo:

Saldo de Balanço Financeiro (2012-2013)	Valor (R$)
Saldo para o exercício seguinte (conf. Balanço 2012)	3.756.064,59
Saldo do exercício anterior (conf. Balanço 2013)	2.566.658,98
Diferença	1.189.405,61

A.7 ACHADO DE AUDITORIA – Não contabilização de fatos contábeis ou existência de registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis.

Critério: Lei nº 4.320/64, arts. 83 e 106.

Efeitos: inconsistência dos demonstrativos contábeis.

Evidências: Balanços financeiros de 2012 e 2013.

6.3.1. **Quociente de Disponibilidade Financeira para Pagamento de Restos a Pagar**

$$\frac{\text{Disponibilidade Financeira - Depósitos de Terceiros} - \text{Saldo Previdenciário}}{\text{Restos a Pagar Processados e não Processados - Previdenciários}}$$

$$\frac{\text{R\$ } 3.239.117,47}{\text{R\$ } 1.779.283,34} = \mathbf{1,82}$$

Esse resultado indica que havia disponibilidade financeira para pagamento dos restos a pagar, pois para cada R$ 1,00; de restos a pagar inscritos havia R$ 1,82 de disponibilidade financeira.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0218

6.3.2. Quociente de Inscrição de Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados e Não Processados
Total da Despesa Empenhada

R$ 1.779.283,34 = **0,065**
R$ 27.004.106,37

O resultado do Quociente de Inscrição de Restos a Pagar de **0,065**; indica que o endividamento corresponde somente a **6,5%** do total de despesas empenhadas.

6.4. Balanço Patrimonial (Anexo 14 da lei n° 4.320/64)

6.4.1. Situação Financeira – Quociente da Situação Financeira (QSF)

Ativo Financeiro = **QSF**
Passivo Financeiro

R$ 3.363.540,85 = **1,05**
R$ 3.178.958,32

O Quociente da Situação Financeira é de **1,05**; demonstrando uma situação financeira de **superávit.** Nesse caso, o Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro.

6.4.1.2. Dívida Pública

6.4.1.2.1. Quociente do Limite de Endividamento – QLE

Dívida Consolidada Líquida=**QLE**
Receita Corrente Líquida

R$ 2.905.902,07 = **0,11**
R$ 26.437.694,33

O Quociente do Limite de Endividamento é de **0,11**; indicando que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos. O

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0219

montante da Dívida Consolidada Líquida de **R$ 2.905.902,07**; está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal n° 40/01 e n° 43/01.

6.4.1.2.2. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

$$\frac{\text{Amortização+Juros+Demais Encargos}}{\text{Receita Corrente Líquida}} = \textbf{QDDP}$$

$$\frac{00{,}00}{\text{R\$ } 26.437.694{,}33} = \textbf{00,00}$$

O Quociente de Dispêndios da Dívida Pública é de **00,00**; indicando que não ocorreram pagamentos relativos à amortização, mais juros e encargos da dívida.

6.5. Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da lei n° 4.320/64)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia, nos termos do art. 104 da lei n° 4.320/64, as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o Resultado Patrimonial do Exercício.

O Resultado Patrimonial ou Econômico corresponde à diferença entre as Variações Ativas e Passivas, abrangendo todos os eventos que produziram efeito sobre a situação patrimonial, no exercício de 2013 foi de **R$ 4.226.200,97**; sendo este um resultado **POSITIVO**, conforme demonstração a seguir:

I - VARIAÇÕES ATIVAS	R$ 34.874.614,03
II - VARIAÇÕES PASSIVAS	R$ 30.648.413,06
RESULTADO ECONÔMICO (I – II)	**R$ 4.226.200,97**

6.6. Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da lei n° 4.320/64)

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 1°, § 1° estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes com a finalidade de equilibrar as contas públicas.

O município de Porto Grande cumpriu o disposto no mencionado artigo e elaborou os demonstrativos (RGF e RREO). Com base nesses demonstrativos,

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0220

constatou-se que a prefeitura de Porto Grande possuía uma dívida flutuante que atendia ao disposto do art.1°, § 1° da LRF por contemplar disponibilidade financeira para honrar seus compromissos de curto prazo.

Todavia, segundo o demonstrativo em análise, foram cancelados no exercício o valor de **R$ 1.893.076,83** referente a restos a pagar processados, ocasionando uma variação patrimonial ativa evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais. Ocorre que o cancelamento de restos a pagar processados é proibido por se tratar de despesas já realizadas (material entregue/serviço realizado), o que configura um verdadeiro "calote público" vedado pela legislação em vigor[1], configurando-se em gravíssima infração a norma Constitucional.

A.8 ACHADO DE AUDITORIA – Cancelamento de restos a pagar processados sem a comprovação do fato motivador.
Critério: C.F/88, art. 37, caput. Art. 62 e 63 da lei nº 4.320/64
Efeitos: Locupletação do Município.
Evidências: Demonstração da Dívida Flutuante, DVP, Balanço Patrimonial.

7. Cumprimento de Normas Constitucionais

7.1. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A Constituição Federal/88, em seu Título VIII – Da Ordem Social, dispõe no seu art. 212 que o município deve aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

7.1.1. Receita de Impostos e Transferências

Segundo dados extraídos da prestação de contas, (Anexo 10), fls. 068 a 071, no exercício de 2013 a receita líquida resultante de impostos e transferências teve a seguinte composição:

[1] Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido para o exercício de 2013 (5ª Edição), página 665.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0221

RECEITAS DE IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS PM PORTO GRANDE 2013	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	**VALOR (R$)**
1. RECEITA DE IMPOSTOS	**1.245.270,84**
1.1. Receita resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	417.774,98
1.2. Receita resultante do imposto s/ trans. "inter vivos" de bens imóveis - ITBI	31.044,80
1.3. Receita resultante do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS	621.669,69
1.4. Receita resultante de imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	174.781,37
2. RECEITA RESULTANTE DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE IMPOSTOS	**00,00**
3. MULTAS E JUROS DE MORA DE IMPOSTOS	**00,00**
4. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**11.620.639,81**
4.1. COTA-PARTE DO FPM	6.914.559,48
4.2. COTA-PARTE DO ICMS	4.432.719,50
4.3. COTA-PARTE DO IPVA	172.000,15
4.4. COTA-PARTE DO IPI EXP	38.604,09
4.5. COTA-PARTE ITR	5.267,47
4.6. ICMS DESONERAÇÃO	44.382,13
4.7. IOF s/ OURO	13.106,99
5. TOTAL DAS REC. BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (1+2+3+4).	**12.865.910,65**
6. 25% DA RECEITA - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO (25% de 5)	**3.216.477,66**

7.1.2. Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB

Com base nos dados obtidos na Prestação de Contas, (Anexos 10), calculou-se o resultado líquido das transferências do FUNDEB, resultante do cotejo entre a receita destinada e a recebida do Fundo, chegando ao valor positivo de **R$ 8.088.667,85**; significando que o município teve ganho nas transferências do FUNDEB, como a seguir demonstrado:

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS (R$)
7. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.262.733,21
8. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	10.351.401,06
9. ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSF. DO FUNDEB (8-7)	**8.088.667,85**

CONTROLE EXTERNO 3ª TCE
TCE
Fls 0222

7.1.3. Despesas com Ações Típicas de MDE

De acordo com a prestação de contas, (Anexo 8), fl. 051, a despesa empenhada em toda a Função Educação foi igual a **R$ 12.808.069,24**. Desse modo, para se calcular o valor efetivamente aplicado em MDE, necessário saber a despesa liquidada com ações típicas de MDE.

Com base nos dados levantados do SIOPE no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (www.fnde.gov.br/siope) na internet, as despesas liquidadas com ações típicas de MDE totalizaram **R$ 12.202.298,99**, como demonstramos:

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
10. DESPESA MÍNIMA COM RECURSOS PRÓPRIOS	**3.216.477,66**
11. DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	1.479.649,30
12. DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	10.722.649,69
13. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSF. DO FUNDEB	8.088.667,85
14. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANC. DOS RECURSOS DO FUNDEB	92.195,27
15. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	00,00
16. TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (13+14+15)	8.180.863,12
17.TOTAL DE DESPESAS C/ AÇÕES TÍPICAS DO MDE (11+12-16)	**4.021.435,87**
18. % DE RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO [(17/5) x 100] %	**31,25**

Assim, considerando os cálculos anteriores, concluímos que o município aplicou em MDE um montante superior ao limite mínimo constitucionalmente estabelecido. O valor aplicado corresponde a **31,25** da receita líquida resultante de impostos, conforme se demonstra o quadro acima.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE
TCE
Fls 0223

7.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB

7.2.1. Contribuição para o FUNDEB

Com base nos dados da prestação de contas, (Anexo 10), o valor mínimo a ser transferido pelo município para a formação da receita do fundo no exercício de 2013 era de **R$ 2.262.733,21** (dois milhões duzentos e sessenta e dois mil setecentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos), conforme demonstramos, a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	**2.262.733,21**
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**10.443.596,33**
2.1. Transferências de Recursos do FUNDEB	10.351.401,06
2.2. Receita de aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	92.195,27

7.2.2. Despesa Total do FUNDEB e a Remuneração do Magistério

O art. 60, inc. XII do ADCT da Constituição Federal/88, conforme estabelecido pela EC 53/2006 e o art. 22 da Lei Federal n ° 11.494/2007 estabelecem que pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB seja destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

De acordo com os dados levantados no SIOPE, as despesas liquidadas com recursos do FUNDEB totalizaram **R$ 10.352.161,91**. Desse total, foram aplicados **R$ 6.689.732,76**; para pagamento dos profissionais do magistério. Este valor corresponde a **64,06%** da receita total do Fundo, indicando que o município **cumpriu** com o referido dispositivo constitucional, como demonstramos a seguir:

DESPESAS DO FUNDEB	DESP. LIQUIDADAS
4. PAGAMENTO DOS PROFISSINAIS DO MAGISTÉRIO	**6.689.732,76**
4.1. COM ENSINO FUNDAMENTAL	6.689.732,76
4.2. COM ENSINO INFANTIL	00,00
5. OUTRAS DESPESAS	**3.662.429,15**
5.1. COM ENSINO FUNDAMENTAL	3.662.429,15
5.2. COM ENSINO INFANTIL	00,00

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0224

DESPESAS DO FUNDEB	DESP. LIQUIDADAS
6. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4 + 5)	10.352.161,91
7. PERCENT. APLICADO NA REMUNER. DO MAGISTÉRIO |(4/2) x 100| %	64,06%

7.3. Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde

O art. 77, inc. III do ADCT da CF/88, incluído pela EC nº 29/2000, estabelece o percentual mínimo dos recursos que compõem a base de cálculo a ser aplicado pelos municípios nas ações e serviços públicos de saúde, o qual corresponde a 15%.

7.3.1. Receita Líquida de Impostos e Transferências

Segundo dados extraídos da prestação de contas, (Anexo 10), no exercício de 2013 a receita líquida resultante de impostos e transferências totalizou **R$ 12.852.803,66**; conforme se demonstra:

RECEITAS DE IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS PM PORTO GRANDE 2013	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	**VALOR (R$)**
2. RECEITA DE IMPOSTOS	**1.245.270,84**
1.1. Receita resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	417.774,98
1.2. Receita resultante do imposto s/ trans. "inter vivos" de bens imóveis - ITBI	31.044,80
1.3. Receita resultante do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS	621.669,69
1.4. Receita resultante de imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	174.781,37
2. RECEITA RESULTANTE DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE IMPOSTOS	**00,00**
3. MULTAS E JUROS DE MORA DE IMPOSTOS	**00,00**
4. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**11.607.532,82**
4.1. COTA-PARTE DO FPM	6.914.559,48
4.2. COTA-PARTE DO ICMS	4.432.719,50
4.3. COTA-PARTE DO IPVA	172.000,15
4.4. COTA-PARTE DO IPI EXP	38.604,09
4.5. COTA-PARTE ITR	5.267,47
4.6. ICMS DESONERAÇÃO	44.382,13
5. TOTAL DAS REC. BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (1+2+3+4).	**12.852.803,66**

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0225

6. 25% DA RECEITA - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO (25% de 5)	1.927.920,55

O município de Porto Grande teria que aplicar em despesas com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o inc. III do ADCT da CF/88, no mínimo **15%** da receita líquida resultante de impostos e transferências, ou seja, **R$ 1.927.920,55**.

7.3.2. Despesas Próprias com Ações e Serviços de Saúde

Para calcular o valor das despesas próprias com ações e serviços de saúde em relação à receita líquida de impostos e transferências, necessária se faz a apuração da despesa total realizada com saúde, deduzidas as despesas com inativos e pensionistas e as despesas custeadas com outros recursos destinados a saúde (transferências do SUS, recursos de operações de crédito e outros recursos), bem como os restos a pagar sem disponibilidade financeira e os restos a pagar com disponibilidade financeira do exercício anterior cancelados no exercício considerado, conforme demonstrado:

RESUMO	VALOR (R$)
9. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**12.852.803,66**
10. DESPESA MÍNIMA COM RECURSOS PRÓPRIOS (15% x 9)	**1.927.920,55**
11. DESPESA TOTAL COM SAÚDE	5.642.240,12
12. DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	00,00
13. DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS DO SUS	3.190.344,70
14. DESPESAS COM OUTROS RECURSOS	00,00
15. RESTOS A PAGAR SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	179.888,15
16. DESP. PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERV. PÚB. DE SAÚDE (11-12-13-14-15)	**2.272.007,27**
17. % DE RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM SAÚDE [(16/9) x 100] %	**17,68%**

Portanto, o município de Porto Grande aplicou em ações e serviços públicos de saúde o valor de **R$ 2.272.007,27** (dois milhões duzentos e setenta e dois mil sete reais e vinte e sete centavos), correspondente a **17,68%** da receita líquida resultante de impostos e transferências, **cumprindo o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal de 1988**.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0226

7.4. Limites de Gastos da Câmara Municipal

O art. 29-A, I, da CF/88 estabelece que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) para municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes, que é o caso de Porto Grande, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da CF/88, **efetivamente realizado no exercício anterior**.

O § 2º do art. 29-A da CF/88 define como crime de responsabilidade do Prefeito a realização de repasse de valores ao Legislativo que ultrapassem o limite definido no referido artigo.

A receita líquida de impostos e transferências foi na ordem de **R$ 11.325.618,14** (onze milhões trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e dezoito reais e quatorze centavos). A despesa total do Poder Legislativo, segundo declarado no Balanço Geral da Câmara Municipal do exercício de 2013, (processo nº 002442/2014-TCE/AP), foi de **R$ 812.712,23** (oitocentos e doze mil setecentos e doze reais e vinte s três centavos) representando **7,16%** da receita líquida de impostos e transferências, **DESCUMPRINDO** o dispositivo constitucional conforme se observa:

RECEITA BASE DE 2012 P/ REPASSES AO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PORTO GRANDE	
RECEITAS	**VALOR (R$)**
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	**1.346.267,19**
1.1. IPTU	224.257,66
1.2. IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	292.823,75
1.3. IMPOSTO S/ TRANS. "INTER VIVOS" DE BENS IMOVEIS	7.890,15
1.4. ISS	821.295,63
2. TAXAS	**211.930,64**
3. MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS	**00,00**
3.1. MULTA E JUROS MORA- IPTU	00,00
3.2. MULTA E JUROS DE MORA- ISS	00,00
3.3. MULTA E JUROS MORA TAXA DE FISCAL E VIG. SANITARIA	00,00

CONTROLE EXTERNO 3a ICE TCE Fls 0227

4. DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	00,00
4.1. RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	00,00
4.2. RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	00,00
4.3. RECEITA DA DIVIDA ATIVA TAXA DE FISCAL E VIG SANITARIA	00,00
5. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**9.767.420,31**
5.1. COTA-PARTE DO FPM	6.156.236,80
5.2. COTA-PARTE DO ICMS	3.304.299,24
5.3. COTA-PARTE DO IPVA	160.012,76
5.4. COTA-PARTE DO IPI EXP	19.340,69
5.5. COTA-PARTE ITR	6.242,85
5.6. TRANSF. FINANC. ICMS DESONERAÇÃO	37.658,16
5.7. COTA-PARTE DO IMPOSTO S/ OPER. CRED. CAMB, TIT E SEG	00,00
5.8. Contr. De Interv. Domínio Econômico - CIDE	83.629,81
6. TOTAL DAS REC. DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**11.325.618,14**
8. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	**00,00**
9. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (6 – 7)	**11.325.618,14**
10. 7% DA RECEITA - VALOR MAXIMO A SER REPASSADO	792.793,27

A.9 ACHADO DE AUDITORIA – Repasse de valores ao Poder Legislativo em desacordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal/88.

Critério: C.F/88, art. 29-A, caput, incisos I a IV, e § 2º, incisos I a III.

Efeitos: Crime de responsabilidade do Prefeito Municipal.

Evidência: Despesa do Legislativo.

7.5. Pessoal

7.5.1. Limites Legais (LRF)

7.5.1.1. Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram **R$ 16.926.435,72**; correspondente a **64,02%** da RCL, (R$ 26.437.694,33), **ultrapassando o limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF**.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0228

A.10 ACHADO DE AUDITORIA - Despesas com pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei da Responsabilidade Fiscal.
Critério: art. 20, inc. III, "b" da LRF.
Efeitos: Menos recursos para investir em ativos.
Evidências: Relatórios de Gestão Fiscal do 2° semestre de 2013.

7.5.1.2. Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram **R$ 530.641,86**, correspondente a **2,01%** da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6% estabelecido no art. 20, inc. III, "a", da LRF.

7.5.1.3. Os gastos com pessoal do município de Porto Grande totalizaram **R$ 17.457.077,58**, correspondente a **66,03%** da RCL, **ultrapassando o limite máximo de 60% estabelecido no art. 19, inc. III, da LRF**.

8. Sistema de Controle Interno (Resolução Normativa nº 133/2005 -TCE/AP)

Conforme o **item 2.1**, no exercício de 2013, a prefeitura não encaminhou junto a prestação de contas o Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal sobre a execução dos orçamentos, bem como, o Relatório de Gestão Fiscal, (processo nº 000644/2014-TCE/AP), não foi assinado pelo responsável pelo controle interno, (art. 54, parágrafo único, da LRF), o que indica a inexistência de Sistema de Controle Interno.

A.11 ACHADO DE AUDITORIA – Inexistência e/ou deficiência do controle interno.
Critério: C.F/88, art. 74.
Efeitos: Ausência de controle e de instrumentalização para o controle social.
Evidências: Ausência de relatório de Controle Interno/ Assinatura do controle interno no RGF.

9. Da Remessa ao TCE de Publicações de Demonstrativos Fiscais

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) referente ao 6° bimestre de 2013, exigência do art. 165, § 3° da CF/88, nos moldes dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) foi enviado a este Tribunal de Contas através do ofício nº 093, de 31/012014, (processo nº 00646/2014-TCE/AP), de forma **intempestiva**

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0229

e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referente ao 2º semestre de 2013, conforme os arts. 48 e 54 da LRF, foi enviado através do ofício nº 099, de 31/01/2014, (processo nº 000644/2014-TCE/AP), também de forma **intempestiva**.

A.12 ACHADO DE AUDITORIA – Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP.

Critério: Constituição Estadual, art. 111, § 2º; LC nº 010/95 (LO – TCE/AP) art. 85, VI e VIII; RN nº 115/2003-TCE/AP, art. 109, VII e VIII.

Efeitos: Dificuldade na fiscalização e na instrumentalização do controle social.

Evidências: RGF do 2º semestre 2013, RREO 6º bimestre 2013.

10. Conclusão

10.1. Com base nos dados informados pelo gestor e em razão dos aspectos examinados e aqui relatados, relativos às Contas Anuais de Governo, de responsabilidade do **Sr. Antônio de Sousa Pereira**, (período de 01/01/2013 a 31/12/2013), prefeito do município de Porto Grande, objetivando subsidiar a emissão de parecer prévio, temos os itens expostos a seguir:

A.1 ACHADO DE AUDITORIA – Ausência de documentos integrantes da prestação de contas, conforme o **item 2.1**.

A.2 ACHADO DE AUDITORIA - Não atendimento, no prazo fixado, à diligência ou determinação do Tribunal (Lei Complementar 010/95 (LO TCE/AP), conforme especificado no **item 2.1.1**.

A.3 ACHADO DE AUDITORIA - Peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais, conforme descrito no **item 3.2**.

A.4 ACHADO DE AUDITORIA – Peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais, conforme descrito no **item 3.3.2.**

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE TCE Fls 0230

A.5 ACHADO DE AUDITORIA - Abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais – sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior, conforme o **item 3.4.2.1.**

A.6 ACHADO DE AUDITORIA – Não adoção de providências para a constituição do crédito tributário, ocasionando a decadência (ausência de qualquer ação formal de constituição em 5 anos) do direito de constituir o crédito tributário devido, conforme o **item 4.1**.

A.7 ACHADO DE AUDITORIA – Não contabilização de fatos contábeis ou existência de registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis, conforme o **item 6.3**.

A.8 ACHADO DE AUDITORIA - Cancelamento de restos a pagar processados sem a comprovação do fato motivador, conforme o **item 6.6**.

A.9 ACHADO DE AUDITORIA - Repasse de valores ao Poder Legislativo em desacordo com os limites estabelecidos na CF/88, conforme o **item 7.4**.

A.10 ACHADO DE AUDITORIA - Despesas com pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei da Responsabilidade Fiscal, conforme o **item 7.5.1.1**.

A.11 ACHADO DE AUDITORIA - Inexistência e/ou deficiência do controle interno, conforme o **item 8**.

A.12 ACHADO DE AUDITORIA - Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE/AP, conforme o **item 9**.

CONTROLE EXTERNO 3ª ICE
TCE
Fls 0234

10.2. Diante de tudo que consta no processo, a opinião técnica é para que o Parecer Prévio, referente às Contas de Governo do Município de Porto Grande, conclua pela **rejeição das contas referentes ao exercício financeiro de 2013**, de responsabilidade do **Sr. Antônio de Sousa Pereira**.

É o Relatório Técnico realizado na prestação de contas do município de Porto Grande, exercício de 2013, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Macapá-AP, 18 de abril de 2017.

Werley de Almeida
Analista de Controle Externo

Everaldo França de Sousa
Técnico de Controle Externo